

Quando está em marcha uma grande operação dirigida a partir dos grupos económicos do negócio da doença, dos seus representantes políticos e propagandistas, incluindo sectores reaccionários que sempre quiseram a destruição do Serviço Nacional de Saúde, é um imperativo nacional, em nome da saúde dos portugueses, exigir o reforço do SNS por forma a garantir em pleno o direito à saúde.

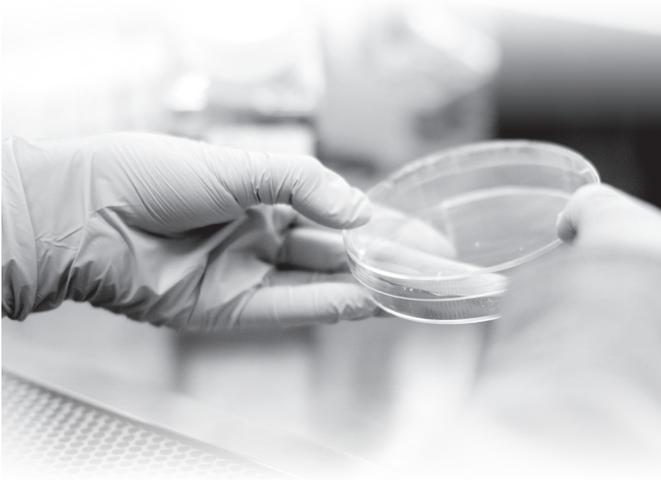
Hoje, está claro que o SNS não só mostrou uma elevada capacidade de realização da sua missão, como está em condições, caso sejam reforçadas as suas condições financeiras, técnicas e humanas, de manter simultaneamente o combate ao coronavírus e recuperar a actividade suspensa e manter a actividade regular.



Partindo de uma análise rigorosa do trabalho realizado nestes últimos dois meses, das experiências recolhidas, das necessidades identificadas e dos meios necessários para combater o surto epidémico e regularizar a actividade normal do SNS, o PCP apresenta um plano de emergência para reforço do Serviço Nacional de Saúde:

Com o objectivo de acabar com o subfinanciamento crónico a que foi sujeito por sucessivos governos, torna-se premente que sejam reforçadas as transferências de verbas do Orçamento do Estado para o SNS (no mínimo e no imediato, 25% do orçamento do SNS).

em resultado da resposta ao surto epidémico, designadamente actos cirúrgicos, intervenções de diagnóstico e terapia oncológica, vacinações e exames complementares e consultas de saúde materna e de saúde infantil e juvenil.



- através do lançamento no prazo de 30 dias de um processo de contratação, recorrendo sempre que possível às listagens de ordenação de candidatos de procedimentos concursais já efectuados;
- pela conversão dos contratos dos trabalhadores contratados no âmbito do combate ao surto, para contratos com vínculo efectivo;
- pelo aumento extraordinário dos salários de todos os actuais profissionais com actualizações anuais garantidas;
- pela consagração do horário de 35 horas para todos os trabalhadores;
- pela remuneração extraordinária do prolongamento do horário;
- pela generalização do vínculo público efectivo e das Carreiras Profissionais a todos os trabalhadores que o desejem, com possibilidades de acréscimo da remuneração e dos dias de formação associados ao tempo de serviço;
- pela criação do regime de dedicação exclusiva a ser objecto de negociação colectiva com as organizações representativas dos trabalhadores;

até ao início de Setembro de 2020, integrando o quadro do internato de Especialidade das carreiras Médicas como forma de preparar os médicos necessários ao funcionamento do SNS.

, até final de Setembro de 2020.

(400 até Setembro), na rede pública, abrangendo igualmente respostas específicas no âmbito da saúde mental e da pediatria, por forma a libertar camas hospitalares.

Dotar todas as unidades operacionais de Cuidados de Saúde Primários de pelo menos um psicólogo com apoio administrativo adequado para os programas de saúde mental.

, designadamente com a criação e funcionamento dos serviços de segurança e saúde nos locais de trabalho.

Avançar rapidamente com a concretização (até ao fim do mês de Julho de 2020), da decisão já tomada na Assembleia da República de criação do Laboratório Nacional do Medicamento.

no quadro de uma interação permanente com as unidades de saúde do Serviço Nacional de Saúde, revista periodicamente e pelo menos uma vez por ano, atendendo à evolução tecnológica e epidemiológica, sem nunca perderem o prazo de validade.

, com o objectivo de aumentar a capacidade nacional e reduzir a dependência externa.

Mais em: www.pcp.pt/plano-de-emergencia-para-saude

